
1964: A reação, influência e papel da imprensa no Golpe Militar¹

Tainá JUNQUEIRA²

Marialva BARBOSA³

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Embora a ditadura civil militar tenha perdurado por 21 anos no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, não são claras as motivações e causas do golpe. Ainda hoje, circulam versões que querem imputar um tempo de paz a uma ditadura que provocou a morte e a exclusão de milhares de pessoas. Este artigo se propõe, através da compreensão de características do jornalismo brasileiro da década de 1960, a evidenciar o papel dos jornais da época, ressaltando como a imprensa se posicionou e reagiu ao golpe de 1964 e ao longo da ditadura militar, entre movimentos que se podiam alternar alianças e censura aos jornais. Observa-se, assim, o papel ativo da imprensa nos processos políticos do país. O artigo analisa as manchetes e editoriais de três dos principais jornais então impressos do país, *Última Hora*, *O Globo* e *Correio da Manhã*, para compreender diferenças de posicionamento editoriais ao longo dos anos de ditadura.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar; imprensa; censura; 1964

1. Introdução

Como lidar com o passado? Como o passado é reposicionado pela imprensa? Essas duas perguntas norteiam este trabalho, que objetiva perceber os posicionamentos adotados por alguns jornais durante a ditadura civil-militar-brasileira. No senso comum acerca do período da ditadura militar persiste a ideia de resistência dos jornais contra o regime, contra a censura e a favor da liberdade de expressão. Mas os processos comunicacionais da grande imprensa foram, no período, muito mais complexos: muitos jornais, por exemplo, foram declaradamente a favor do golpe de 1964. Por isso, se faz necessário revisar periodicamente o passado com novos olhares.

Assim, é desejável analisar as peculiaridades do jornalismo da década de 1960, tendo em mente os interesses de cada jornal e as transformações que a imprensa sofreu no período, juntamente na conjuntura política nacional e global da época, a partir, sobretudo, de editoriais e manchetes dos jornais. Se num primeiro momento, apenas *Última Hora* se posicionou contra o golpe, já que era um aliado do governo

1. Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

2. Estudante de Graduação 1º semestre do Curso de Jornalismo da ECO-UFRJ, e-mail: tainamador@gmail.com

3. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da ECO-UFRJ, e-mail: marialva153@gmail.com

constitucionalmente eleito, ficando *O Globo* e *Correio da Manhã* na trincheira de defensores do governo de exceção, num segundo instante o *Correio da Manhã* passaria a adotar um posicionamento contrário à ditadura, sobretudo depois das intervenções que sofreu do governo militar. Alinhado ao entendimento das funções e poderes da mídia e da imprensa, busca-se compreender de forma mais clara o papel da imprensa nesse período histórico e evidenciando seus posicionamentos frente ao governo ditatorial.

2. O contexto brasileiro e mundial às vésperas do golpe

Podemos dizer que o jornalismo é feito sob efeitos de uma sociedade, do seu contexto histórico, social e cultural, sendo condicionado por valores e costumes e, ao mesmo tempo, condicionando a sociedade em uma via de mão dupla. Analisar suas narrativas, portanto, deve pressupor a contextualização espaço temporal na qual suas matérias e informações são vinculadas, inserindo os meios de comunicação num recorte temporal (sempre aleatório), tal como procuramos fazer neste artigo que tem como inflexão de tempo a década de 1960, no Brasil. Entretanto, não é possível compreender o contexto daquela década se não recuarmos no tempo para melhor compreender as forças políticas e econômicas que deflagaram (e apoiaram) o golpe, militares, empresários e setores da sociedade civil.

Desde o fim da Era Vargas, em 1945, o Brasil vivia a chamada quarta república, marcada pela industrialização e pelo projeto de desenvolvimento econômico. Os presidentes que comandaram o país nesse período foram eleitos de forma democrática, o que não significa a ausência de crises políticas. Pelo contrário, as décadas de 50 e 60 foram marcadas pelo suicídio de Vargas, renúncias e questionamento da legitimidade do poder presidencial.

Após Jânio Quadros renunciar ao cargo de presidente, em 1961, a posse de João Goulart, seu vice, foi questionada por parte das Forças Armadas e políticos, sob que rechaçavam o vice eleito democraticamente, desconfiados de sua aptidão para o cargo, mas sobretudo em função da rejeição que a oposição tinha à figura de Vargas, transmitida para Jango, já que ambos formavam um governo populista, em torno de ideais específicos (Abreu, 2005). Nesse momento, a chamada grande imprensa apoiou a posse de Jango em um ato de defesa da democracia, apesar de manifestarem a mesma desconfiança de políticos da oposição. Os jornais *O Globo* e *Estado de S. Paulo* foram os únicos a se posicionarem contra a posse de Jango.

O Governo Goulart lidou com intensa crise econômica, crises políticas e convulsão social com a ampla mobilização política das classes populares concomitantemente a ofensiva organização de setores empresariais. Com isso, foi cogitado por Jango declarar estado de sítio, com o intuito de impedir “grave comoção interna com carácter de guerra civil” (Toledo, 2004, p. 18). Mais tarde, Jango decide apoiar a esquerda radical anunciando as reformas de base (agrária, administrativa, constitucional, eleitoral, etc.) a fim de reverter a crise financeira e apoiar os movimentos trabalhistas. Começam, então, comícios para mobilizar a população e promover as reformas a partir da promulgação de um decreto-lei, à revelia do Congresso. Com isso, Jango é acusado, mais uma vez, de querer dar um golpe de estado e assumir poderes ditatoriais. “O Governo Goulart nasceu, viveu e morreu sob o espectro de golpe de estado. Desde a posse após a tentativa de golpe e renúncia de Jânio Quadros, pois a emenda parlamentarista pode ser entendida como golpe branco” (Toledo, 2004, p. 17).

Além disso, para a compreensão da conjuntura desse momento, é preciso ter em mente que a Guerra Fria, como consequência da Segunda Guerra Mundial, tomava força por todo mundo em um período de dualidade mundial: de um lado o comunismo da União Soviética (URSS) contra o capitalismo dos Estados Unidos da América (EUA), em busca de provar para o restante do mundo qual sistema era o mais eficiente (e melhor). Era uma guerra de influências, de alianças, que começa a chegar na América Central com a Revolução Cubana, em 1959, em que Cuba se aproximou político e militarmente da URSS, trazendo para os EUA países da América do Sul o medo do comunismo. A partir disso, os Estados Unidos irão apoiar financeira e militarmente estes países para conter a expansão da “ameaça comunista”.

Assim, a eminência das reformas de base, relacionadas ao “comunismo”, aliado ao anticomunismo, que emergia com força, era a receita perfeita para que as forças armadas, os empresários, as classes dominantes, de maneira geral, e a chamada grande mídia se organizassem para arquitetar o golpe militar de primeiro de abril de 1964. Isso porque, não era de interesse da grande imprensa as reformas de base, muito pelo contrário, já que eram a proposta brasileira mais próxima da distribuição de terras que colocaria em xeque a estrutura econômica, política e de poder que sustentou e sustenta o Brasil e consequentemente as elites, entre as quais os proprietários dos grandes jornais. Para além disso, as reformas de base questionariam e mudariam a estrutura da democracia burguesa, que mantinha subalternizados no campo e nas cidades sem espaço de fala e de poder.

Uma reforma dessa natureza interpelaria as estruturas de poder, baseadas no clientelismo e no poder incontestável dos coronéis que tornavam a democracia limitada. O golpe foi, primordialmente, contra as reformas de base e estruturado pelas classes dominantes (Toledo, 2004).

O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgão governamentais, partidos, associações de classe, entidades culturais, revistas e jornais (...). Nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas, comunistas formularam publicamente suas propostas e se mobilizaram politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos (Toledo, 2004, p. 18)

O comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi o estopim para que consumassem o golpe, com ajuda da imprensa que fortaleceu a narrativa de que Jango planejava um golpe comunista e a intervenção militar seria a única forma de ir contra o comunismo. A resposta do comício foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em que se uniram classes burguesas, classe média, igreja e Forças Armadas e, por sua vez, teve grande repercussão na imprensa, vangloriando o evento com manchetes e fotografias (Abreu, 2005). Assim, em primeiro de abril de 1964, tropas militares mineiras chegam ao Rio de Janeiro, depõem Jango e tomam o poder.

3. A imprensa na década de 1960

No Brasil da década de 1960, o jornal impresso era o grande meio de comunicação, com milhares de leitores diários e altíssimas tiragens, principalmente nas capitais, e, sobretudo, Rio de Janeiro, que deixara de ser capital em 1960, mas ainda era palco dos grandes acontecimentos políticos. A tiragem nacional dos jornais, em 1960, chegava a mais de um milhão de exemplares diários (Barbosa, 2007). Era o jornal que ocupava o papel de informante, multiplicador e formador de opinião.

Com isso, a imprensa era protagonista da comunicação e da forma como a população via o mundo, o país e as questões políticas. E o jornal impresso iria veicular narrativas acerca do golpe de 1964, procurando fazer crer naquela verdade. Essa influência que a imprensa tem sobre a população é preciso ser entendida como consequência do papel social que adquire nos anos 1960, década do chamado auge do jornalismo político, da

massificação da comunicação e da conseqüente legitimidade que ganha o jornalismo e os jornalistas.

O jornalismo no Brasil vinha passando por diversas transformações, desde a década anterior, caracterizado por inúmeras transformações: editoriais, gráfica e linguística, entre outras. Importado da imprensa norte-americana, por exemplo, o chamado corpo de *copy desk* começou a atuar nas redações dos principais jornais brasileiros, transformando a forma como eram escritas as notícias e as reportagens. O *copy desk* tinha a função de revisar, editar e padronizar os textos numa linguagem mais objetiva e pretensamente neutra, recusando textos demasiado opinativos. Nesse momento, teoricamente, a opinião perde espaço nos jornais e a linguagem jornalística e a forma de se escrever notícias e reportagens ganha uma identidade própria, marcada pelos chamados padrões de objetividade, que se tornaram essenciais para o profissionalismo do jornalismo. A implantação do lide, como padrão editorial, isto é, a primeira parte da notícia que responde às principais perguntas do leitor sobre o fato, e da pirâmide invertida, modelo que determina a ordem textual na notícia, é apenas um dos exemplos deste complexo processo de modernização. É nesse momento que nascem as primeiras faculdades de jornalismo no Brasil, mudando a visão sob o trabalho do jornalista agora legitimado e profissionalizado. A linguagem jornalística toma marcas próprias, se distanciando da literatura, e ganha validade para a construção do chamado campo jornalístico. Este momento é visto como fundador de uma nova imprensa e do próprio jornalismo pelos próprios jornalistas.

Assim, as notícias e reportagens passam a ser escritas buscando a objetividade, veracidade e neutralidade, características fundamentais que darão maior legitimidade e credibilidade ao trabalho jornalístico, depositando sobre a profissão ser espelho verdadeiro do mundo, mostrando a única verdade dos fatos, sem lugar para questionamentos. A imprensa se torna uma verdadeira instituição autorizada para transmitir os fatos e as verdades, assumindo compromisso com os chamados padrões de veracidade e objetividade, adquirindo significativo poder simbólico (Barbosa, 2007).

Essa modernização do jornalismo, que se inicia nos anos de 1950 e se consolida na década seguinte, será fundamental no contexto do golpe militar, já que a imprensa, o jornalismo e o jornalista ganham espaço e poder de fala concedido pelo público. O trabalho jornalístico ganha legitimidade. O jornalismo passa a ser encarado de fato como profissão digna. Nesse sentido, a publicação se torna ato de oficialização e o jornalista

torna porta-voz da verdade, que informa, divulga, mas também torna os fatos públicos e verdadeiros (Barbosa, 2007). Essa notoriedade do trabalho jornalístico, sobretudo na imprensa, irá favorecer a outorga de novos papéis políticos ao jornalista e aos jornais. Gramsci (1989) defende que a imprensa passa a atuar como “partido”, desempenhando papel político, de propaganda, de polícia, de influência moral e cultural. Assim, a responsabilidade sobre o que é dito cresce, o poder das narrativas e aumentam e é neste momento que a própria imprensa se vê capaz de definir os rumos sociais, políticos e culturais. A imprensa procura então mobilizar o público em busca de mais leitores e poder para si mesma, alinhando-se a elite empresarial e seus interesses.

As relações de comunicação são relações de poder e a língua como sistema simbólico é instrumento de conhecimento e construção do mundo, sendo suporte de poder absoluto, na medida em que através dela se codifica o mundo social (Barbosa, 2007, p. 153)

Assim, nos anos de 1960 e, especialmente, em 1964, os jornais detinham confiança e validade do discurso por parte do público. É essa legitimidade da imprensa dos anos 1960 devido aos valores de neutralidade, veracidade e objetividade que, não apenas a atribuiu poder de fala, mas a torna transmissora de uma pretensa “verdade absoluta” que passou a construir opiniões e influenciar ideias dos leitores. Na prática, a imprensa assumiu além de seu papel social de informar, o papel político de vinculador de posicionamentos, orientadores da opinião pública, condicionando o meio social.

Apesar de parecer radical o efeito que a imprensa tinha sobre a população, é preciso compreender que a comunicação na década de 1960 era feita sob a lógica de massa, atribuindo-se aos meios de comunicação papel de difusor de ideias, propagandas, narrativas de maneira massiva, ou seja, com linguagem e estratégias que visavam alcançar maior número de leitores. O poder que a imprensa detinha, era além de informar, mas vincular narrativas orientadoras, construir discursos no sentido de orientar a população.

O argumento usado pelo governo para a instauração da censura coloca em evidência o papel que se atribui naquele momento aos meios de comunicação: além de informar, estes deveriam “orientar” a população, tutelados pelo Executivo (Barbosa, 2007, p. 189)

O jornalismo impresso para vincular informações e notícias utiliza a escrita e seu poder de retórica, argumentação e convencimento. A imprensa se coloca como personagem político central, atribuindo-se o papel de fazer ver, crer e escrever. Define-se na função de formadora de opiniões, divulgadora, centralizadora das visões de mundo, sempre alinhados à identidade e concepção do próprio jornal e das forças políticas aliadas.

Os jornalistas se instituem como transmissores de conhecimento, mas sobretudo como orientadores acerca de padrões de comportamentos e padrões políticos. A imagem de porta-vozes legítimos da população é fundamental para que tenham direito, na sua argumentação, a apresentar interpretações legítimas do mundo (Barbosa, 2007, p. 185)

É esse jornalismo que será o escolhido para difundir e mobilizar as massas nas vésperas e durante a ditadura militar: era preciso convencer, vender o alibi pelo qual o golpe foi dado, as justificativas da ditadura e as benesses que ela trouxe. Essas visões, puramente construídas, foram feitas através desse jornalismo massivo da década de 1960.

Exercer o papel de orientador era a tarefa primordial dos jornais, ocupando um espaço cada vez maior e de relevância na política e na sociedade. Desse modo, diante dos imbrólios políticos no Brasil às vésperas do golpe, a imprensa torna-se espaço privilegiado para a veiculação de opiniões e posições de forma massiva, se colocando como ator político, reconstruindo de forma seletiva a realidade e o presente, que serão, futuramente, o registro histórico do que deve ser lembrado (Barbosa, 2005).

Para além disso, a década de 1960 deve ser considerada como um período de auge do jornalismo político, devendo explicar o confuso e trazer a público o considerado importante. Assim, a simbiose entre a política e a imprensa nos anos 1960 se deu quase que naturalmente. O jornalismo já havia tomado sua posição de veiculador de verdades, e, assim, em momentos de embates políticos, principalmente os decisivos, buscava-se o jornal como discurso decisivo e norteador da realidade. No entanto, essa confiança à neutralidade jornalística é ingênua. Era sabido que os jornais tinham seus posicionamentos políticos, mas se buscava aquele que defendia o que o leitor acreditava e era tido como verdade.

É preciso ter em mente que os donos dos jornais eram, antes de tudo, empresários, visando lucro e poder. Durante toda a história do jornalismo brasileiro observa-se a

relação intrínseca entre jornalismo e poder (Barbosa, 2007). Os donos de jornais sempre buscaram apoio em outros empresários, publicitários e políticos. O jornalismo brasileiro deve ser entendido como uma instituição que é ao mesmo tempo pública e privada: pública por seu papel de informar e privada por defender os interesses pessoais de seus donos e diretores que formam a elite empresarial e política brasileira (Capelato, 1988).

Deste modo, o posicionamento da imprensa não foi diferente na crise do governo de João Goulart e no golpe militar. Apesar de terem apoiado a posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros, após a radicalização do governo Goulart ao apoiar a esquerda e os movimento trabalhistas e, principalmente, após a proposição das reformas de base, a posição da mídia mudou bruscamente, passando a defender a saída de Jango e, posteriormente, apoiando o golpe militar. (Toledo, 2004)

As reformas de base foram o ápice de um governo populista, de valores trabalhistas, que retomavam ideias de Getúlio Vargas e que iam contra os interesses empresariais dos grandes jornais. Assim, é possível observar que os mesmos jornais que apoiaram a queda de Vargas em 1954 vão apoiar a queda de Jango dez anos depois, em 1964, e aqueles poucos que apoiaram Vargas em seu segundo governo vão apoiar Jango, como é o caso do jornal *Última Hora*, explorado mais adiante. Por isso, a reação da imprensa diante da crise do governo Jango e na narrativa por ela criada não deveria ser surpreendente: são os mesmos interesses e discursos que permanecem.

Os jornais criticam, em uníssono - destoando apenas *Última Hora* - a ‘corrupção’ do governo [Vargas] em nome da ‘moralidade’. Dez anos depois, os nomes mudarão, mas a ação da grande imprensa será semelhante, ao opor ‘democracia’ ao ‘comunismo’ (Barbosa, 2007, p. 183).

Será função dessa grande imprensa, portanto, não apenas a declaração explícita sobre o posicionamento acerca do golpe, mas também a apresentação de informações e histórias que o legitimassem, o justificassem e contextualizasse suas causas e consequências: a começar pela vinculação da ideia de que o governo Jango era insustentável, pouco popular, alinhado ao comunismo e oferecia risco a democracia, sendo, portanto, o golpe inevitável. Assim, foram construídas narrativas, do risco do “comunismo”. Ou seja, o risco iminente de o comunismo contaminar o Brasil a partir das reformas de base

propostas por João Goulart. O comunismo, por sua vez, era demonizado e entendido como maior mal a ser combatido. Não à toa o medo ao comunismo é um fenômeno até os dias de hoje, em parte devido à difusão dessa ideologia, em que a imprensa brasileira teve importante participação. O fantasma do comunismo foi utilizado com uma das principais justificativas para a derrubada do governo (Abreu, 2005)

Ainda, vinculou-se, na época, a ideia de que o golpe seria uma ‘revolução’ para salvar a democracia. O termo revolução foi usado, e ainda é, como forma de suavizar e defender o golpe, uma vez que as palavras ‘golpe’ e ‘revolução’ remetem a valores opostos: o primeiro ligado à negatividade e ilegalidade, enquanto o segundo à positividade e legitimidade. Em outras palavras, foi amplamente divulgada a ideia que era iminente a necessidade do restabelecimento da ordem através de uma intervenção militar, chamando-a de revolução para que houvesse maior aceitação pública. Não foi revolução, o processo do golpe tinha como objetivo impedir a transição de uma democracia burguesa para uma democracia popular (Toledo, 2004)

Por fim, durante a ditadura utilizou-se novos argumentos para defender sua soberania, o chamado ‘milagre econômico’, que diz respeito a superação da crise financeira e o abrupto crescimento da economia brasileira durante os anos de 1968 a 1973. O PIB (Produto Interno Bruto) cresceu, uma vez que o principal projeto do governo militar era o desenvolvimentismo e industrialização com o incentivo ao crescimento das multinacionais e da expansão da exploração de produtos vegetais no Centro-Oeste e Norte do país, a partir dos chamados Planos de Desenvolvimento Nacional (PND). No entanto, apesar do crescimento econômico, a desigualdade social também passou por uma assombrosa escalada. Os salários dos trabalhadores foram bruscamente diminuídos, criando um abismo entre as classes brasileiras, mas sem a divulgação desses números. Nesse momento, a censura já era rotina e só era permitido publicar aquilo que fosse ao encontro com os ideais do governo. Assim, era vinculado na grande mídia apenas a saída da crise econômica e crescimento de empregos no país, criando a imagem de um país em desenvolvimento e progresso, que vivia momentos de fartura e abundância sem pontuar isso se dava a custo da perda dos direitos trabalhistas, da exploração dos operários, do enriquecimento das elites empresariais e, em contrapartida, do empobrecimento da classe baixa. Vale ressaltar que existiam jornais alternativos que trataram dessa questão, como o *Pasquim* e *Opinião*, mas de maneira incipiente. O que era massivamente disseminado era a grande imprensa hegemônica que criou, para os dias de hoje, a memória de época

próspera. Portanto, os jornais impressos brasileiros, quase de forma uníssona, apoiaram massiva e explicitamente o golpe até, ao menos 1968.

4. O Globo, Última Hora, Correio da Manhã: o que disseram os jornais em 1 de abril de 1964

Para compreender na prática como se deu o apoio da imprensa imediatamente após o golpe, é importante analisar e observar manchetes e editoriais dos jornais no próprio dia primeiro de abril e os dias que se seguiram, momentos cruciais para a busca de apoio e consentimento da população evitando possíveis resistências. Para isso, serão analisados manchetes e editoriais de três jornais: *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*. Com essa amostra é possível observar que, ao menos no início da ditadura militar, o processo de censura ou apoio não foi uniforme, cada jornal seguiu uma estratégia, uma linha editorial e um interesse (Barbosa, 2007). Alguns deles se autocensuraram, prevenindo possíveis insatisfações com o governo, em outros a censura era prévia, e outros, ainda, contaram com censores dentro das redações. Assim, é preciso compreender a complexidade desse período.

O Globo

O jornal *O Globo*, único existente até os dias de hoje, foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, filho de um empreiteiro, que anteriormente fundara o jornal *A Noite*, em 1911. Poucos anos depois do lançamento de *O Globo*, Irineu morreu deixando o jornal inicialmente para um jornalista experiente de confiança, Eurycles de Mattos, e, logo depois, o jornal passou para seu filho, Roberto Marinho que assumiu em 1931. Até antes da ditadura, *O Globo* não tinha o alcance que possui hoje, tinha certo prestígio, mas não era um jornal famoso ou de referência da época. É somente após o golpe de 1964 que a empresa começa a crescer. A família Marinho era da direita conservadora, empresária, e desde o início fez oposição a João Goulart, temendo as reformas de base propostas por ele. Da mesma forma, Roberto Marinho não apenas defendeu, como articulou com os principais líderes políticos de direita e militares, como o general Ernesto Geisel e Costa e Silva, a consolidação do golpe (Guarnieri, 2021)

Em 1 de abril de 1964 *O Globo* declarou apoio explícito ao golpe e, ao menos nos primeiros quatro anos de regime ditatorial, foi porta-voz do governo, principal articulador e publicitário dos militares. O jornal teve grandes benefícios no período da ditadura e recebeu, além de apoio financeiro do próprio governo, para a compra de papel entre outros

materiais, capital estrangeiro para a inauguração da Rede Globo, em 1965. O grupo empresarial passa a incluir não apenas o jornal impresso, mas também emissoras de televisão, revistas, e emissoras de rádio. Assim, o enriquecimento pessoal ao apoiar publicamente o regime levou ao prolongamento da relação entre o jornal e o poder, se adaptando às regras do governo, o que pode ser considerado, diminuindo a importância do jornalismo político e dando ênfase à economia milagrosa. Em uma declaração em 22 de março de 1973, Emílio Médici, então presidente, demonstra no que se transformou o jornalismo da Rede Globo: “Sinto-me feliz todas as noites quando assisto ao noticiário. Porque, no noticiário da TV Globo, o mundo está um caos, mas o Brasil está em paz”.

Mesmo após a instituição do AI-5 (Ato Institucional 5) que ampliou a censura, Roberto Marinho continua apoiando o regime em declarações explícitas, enquanto vários outros jornais que haviam apoiado o golpe em 1964, como *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* passaram a sofrer censura e retirar o apoio dado inicialmente ao governo ditatorial, uma vez que a volta das eleições diretas parecia nunca acontecer. Em editorial de 1984, Roberto Marinho admite apoio ao golpe sem qualquer tipo de restrição. Pelo contrário, no ano das Diretas Já e da reabertura democrática, *O Globo* seguia defendendo fielmente ‘a revolução’, apoio sustentado pela narrativa do milagre econômico e defesa contra o comunismo. “Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada (...)” (*O Globo*, 7 de outubro de 1984, p. 1)

A Rede Globo só fará, de fato, uma retratação ao apoio dado à ditadura militar, em 2013, quase 50 anos depois do golpe, com um editorial em que pedia desculpas, assumindo erro, mas relativizando o apoio em detrimento do contexto da época.

Correio da Manhã

O *Correio da Manhã* foi lançado em 1901 por Edmundo Bittencourt, um advogado e jornalista gaúcho. Já sob o controle do filho, Paulo Bittencourt, o jornal ainda circulava com prestígio na década de 1950, no Rio de Janeiro e seria, na década seguinte, dirigido pela esposa de Paulo, Niomar Muniz Sodré. O jornal era lido por todo o país, dialogava sobretudo com a classe média, defendia pensamentos liberais e escolhia as pautas que defenderia sem se alinhar a partidos políticos. Na renúncia de Jânio Quadros, apoiou a posse de Goulart e o estado democrático até o comício da central do Brasil em 13 de março de 1964, quando se intensificaram a defesa das reformas de base e a

polarização política. Foi a favor da queda de Jango com editoriais incisivos que levavam os títulos de “Basta” em 31 de março de 1964, “Não pode continuar” e “Fora!” no dia do golpe, pedindo a derrubada de Jango, em que que lia: “A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo (...) Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: saia!”, causando enorme repercussão e mobilização.

Apesar do apoio gerado a partir de seus textos inflamados, poucas semanas após o golpe, o jornal teve jornalistas perseguidos e presos e foi alvo de censura prévia, partindo para a oposição do regime. O *Correio da Manhã* foi obrigado a demitir jornalistas de esquerda, além de ser o primeiro a denunciar a perseguição e tortura cometidas pelos militares sobre opositores do regime. Passou a lutar a favor da liberdade da imprensa e contra a censura, driblando-a em edições memoráveis e criativas, através de estratégias editoriais e redacionais. Assim, ao longo dos anos, buscou evidenciar a violência exercida pelos militares, sendo um dos únicos jornais a cobrir a Passeata dos Cem Mil, em 28 de março 1968, e a morte do estudante Edson Luís, morto em confronto com a polícia na passeata, com grandes reportagens e fotografias memoráveis. Em 29 de março, dia seguinte à passeata, publicou a manchete “*Polícia militar mata estudante*”, denunciando a violência exercida sobre os estudantes, protagonistas na resistência contra a ditadura. Nesse momento, em que já havia embates contra o governo, perdeu grande parte de suas publicidades, fundamentais para o funcionamento do jornal.

Em 13 de dezembro de 1968, já com o AI-5 em vigor, a sede do *Correio da Manhã* foi invadida, sendo Niomar Muniz Sodré, proprietária do jornal, Oswaldo Peralva, diretor da redação, e outros jornalistas presos. Neste ano, censores se instalaram na redação e o jornal passou a perder força e venda diariamente, indo à falência e sendo vendido, em 1969, para um grupo de empreiteiros.

Última Hora

Última Hora, jornal editado inicialmente apenas no Rio de Janeiro, foi construído pelo jornalista Samuel Wainer, em 1951, como um periódico pró-getulista. Após cobrir toda a campanha eleitoral de Vargas, em 1950, Wainer se tornou amigo e admirador de Getúlio ao testemunhar sua aceitação popular. Desde seu lançamento, *Última Hora* (UH) se posicionou mais à esquerda, defendendo pautas trabalhistas, sindicais, populistas e nacionalistas.

O objetivo de Wainer era se colocar como mediador entre o governo e o povo. Era, sobretudo, antioligárquico e contra as classes dominantes. Sabia, desse modo, que

fundar *Última Hora* era declarar guerra à grande imprensa, dominada por grandes empresários e as famílias oligárquicas que controlavam praticamente toda a imprensa brasileira. “Eu sabia que fundar um jornal fora dos grupos oligárquicos que controlavam a imprensa significava desafiar um poder desumano, antiético, monopolizador, absolutista” (Wainer, 1987, p. 133). Wainer seria um dos únicos a quebrar tabus e questionar a estrutura empresarial da imprensa. No Brasil, o jornal sempre foi a voz de seu dono e agora haveria um dono de jornal vindo do bairro pobre de Bom Retiro, em São Paulo. *Última Hora*, se afastaria, assim, da imprensa hegemônica e do coro dos mesmos discursos dos donos de outros jornais, que defendiam apenas interesses econômicos, fazendo oposição ao governo populista de Getúlio. Seria desde o início um jornal alternativo e inovador, defendendo Vargas e conversando diretamente com o povo. Criou editoriais marcantes que mudaria o jornalismo da época como “Muro de lamentações”, com reclamações e reivindicações do público, e “Dia no Catete” em que acompanhava as movimentações, agenda e novidades do presidente, cobertura que os outros jornais se recusam a fazer e que os leitores buscavam (Wainer, 1987).

A primeira edição da *Última Hora*, em 12 de junho de 1951, publicou uma carta de Getúlio Vargas a toda a população em sinal de apoio do presidente ao jornal e vice-versa. Vargas acabara de ser eleito democraticamente, assim não tardou para que a UH alcançasse grande público e altas tiragens. Ao longo dos anos o jornal ganhou edições em outras cidades e regiões do Brasil, assumindo o aspecto de rede nacional. São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram alguns dos estados em que circulou, com uma característica única e inovadora: possuía em parte um editorial comum nacional e outra respeitava a regionalização do jornal com redatores locais. Além disso, a *Última Hora* se destacou por participação no processo de modernização da imprensa brasileira na década de 1950, sendo protagonista e precursora de vários avanços e novidades na forma de fazer diagramação, editoriais e mesmo na organização redacional. Como o uso de fotografias, impressão a quatro cores, novas editorias, escritores de peso nas redações, pagamento elevado aos jornalistas, forte presença do jornalismo opinativo e interpretativo, cronistas e poetas, etc. Não é à toa que o jornal conseguiu adesão popular tão rapidamente, se tornando em pouco tempo o terceiro jornal de maior tiragem no Brasil.

Com a chegada de Jango no poder, apesar da menor proximidade e muitas críticas na forma de ele governar, Samuel Wainer manteve sua defesa, já que João Goulart representava a continuidade de certos projetos getulistas. Às vésperas do primeiro de

abril, a queda de Jango parecia iminente, Wainer não deixou de defendê-lo. Em primeiro de abril de 1964 foi o único a se declarar contra o golpe. Teve sua sede paulista incendiada e depredada no mesmo dia, em sinal de que militares e setores da direita que planejaram o golpe temiam alguma reação contundente da *Última Hora*, que mesmo com suas oficinas e redação destruídas conseguiram publicar a edição de 2 de abril, denunciando a depredação e se colocando em defesa de Jango, da democracia e da soberania nacional.

No *Última Hora* a censura prévia se intensificou, sobretudo a partir de 1968. As sedes regionais do *UH* começaram a fechar e a falência já era iminente. O jornal foi então comprado, em 1971, por um grupo de empreiteiros e depois se tornaria parte do grupo Folha, deixando de circular como *Última Hora*.

É possível observar, nas edições abaixo, o teor das manchetes e editoriais das primeiras páginas dos principais jornais do Brasil, O Globo, o Correio da Manhã e *Última Hora*, em 1 e 2 de abril de 1964. Os dois primeiros, assim como a praticamente toda a imprensa brasileira, comemorando em textos inflamados, duros e coercitivos, e em uníssono, a efetivação do golpe e a queda de Jango.



(Figura 1)



(Figura 2)



(Figura 3)

Figura 1: *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro): 1º de abril de 1964:

Manchete: "(?)Estados já em rebelião contra JG".

Editorial: "Fora!", clamando por mobilização e pedindo a deposição de Jango.

Figura 2: *O Globo* (Rio de Janeiro): 2 de abril de 1964:

Manchete: “Empossado Mazzilli na Presidência” e em cima: “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida” em tom de celebração.

Editorial: “Ressurge a democracia! ”, em que no texto, acrescentam em uma escrita emocionada e inflamada: “Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. ”

Figura 3: *Última Hora* (Rio de Janeiro) - **2 de abril de 1964:**

Manchete: “Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado”, ainda buscando realçar as atividades de Jango, que buscava refúgio no Rio Grande do Sul e “dispensa sacrifício dos gaúchos” como diz em outro título. Ainda na capa: “Última hora depredada e incendiada” e embaixo: “toda frota de reportagem destruída a bala e a fogo” denunciando a violência já exercida pelos militares contra o jornal e a tentativa de impedir que publicasse uma nova edição.

5. Considerações finais

É possível concluir, com este artigo, que a imprensa, como um todo, foi importante ator social e político no contexto da ditadura militar, vinculando opiniões e narrativas parciais capazes de contribuir na construção da opinião pública e de um imaginário popular acerca do golpe. A partir das características da imprensa brasileira na década de 60 é possível compreender como se deu o ganho de legitimidade, validade e transformação de espaço de verdades dos jornais impressos. Aumentava, assim, a importância e poder desses meios de comunicação que desempenharam importante relação com os leitores. Além disso, se vê como se desenvolvia, através de construções narrativas, o posicionamento dos jornais em manchetes e editoriais a partir de uma escrita mobilizadora a favor do golpe e da queda de Jango.

Observa-se, portanto, a complexidade dos processos comunicacionais, as especificidades de cada jornal, desconstruindo a ideia de um movimento hegemônico de censura e de se fazer jornalismo. Nem tudo foi censura, são muitas as relações e interesses de poder, assim como os posicionamentos e trajetória de cada jornal. O que fica claro é que muitos jornais declararam apoio à consolidação do golpe. Por isso, para que a ditadura seja hoje chamada de civil-militar é preciso antes adicionar a característica de midiática,

pois apenas com a narrativa construída pelos meios de comunicação é que houve apoio civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. A imprensa e a queda de João Goulart. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: INTERCOM, 2005 (Pg. 11 - 21)

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

BARBOSA, Marialva. Jornalismo impresso e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: INTERCOM, 2005 (Pg. 102 - 111)

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUARNIERI, Dayane. **Os periódicos brasileiros e sua trajetória na década de 1960**. Curitiba: Brazilian Journal of Development, 2021.

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

HOHLFELDT, Antonio. Comunicação, sociedade e memória: o que a censura nos tira mais?. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: INTERCOM, 2005 (Pg. 37 - 49)

TOLEDO, Caio. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 24, nº 47, 2004 (Pg. 13 - 28). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002> Acesso em: 15/06

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. 15ª. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987